

**À ESCUTA DE ISRAEL, NA IGREJA.
Porque de Sion sai a Torá e de Jerusalém a Palavra do Senhor (Isaías 2,3).**

Marivan Soares Ramos

Leigo, casado. Doutorando em Teologia pela PUC-SP. Mestre em Teologia pela PUC-SP. Graduado em Teologia, História e Pedagogia. Coordenador Acadêmico e professor do Centro Cristão de Estudos Judaicos – SP.

E-mail: marivanramos26@gmail.com

LENHARDT, Pierre. *À escuta de Israel, na Igreja. Porque de Sion sai a Torá e de Jerusalém a Palavra do Senhor (Is 2,3)*. Tomos I e II. São Paulo: CCDEJ, Fons Sapientiae, 2020. Tomo I 16X14X23,5 cm, 260 p. – ISBN 978-65-86085-02-0. Tomo II 16X23X23,5 cm, 224 p. – ISBN 978-65-86085-05-1.

Esta resenha tem como objetivo apresentar duas obras de Pierre Lenhardt, de saudosa memória, Religioso da Congregação dos Religiosos de Nossa Senhora de Sion, que viveu seus últimos dias em Paris, França. As obras fazem parte da Coleção Judaísmo e Cristianismo do Instituto Superior de Pesquisas e Ensino Centro Cristão de Estudos Judaicos (CCDEJ), mantido pela Congregação dos Religiosos de Nossa Senhora de Sion (NDS) de São Paulo-SP, publicado em coedição pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos e Edições *Fons Sapientiae* da Distribuidora Loyola.

O principal objetivo da Coleção Judaísmo e Cristianismo é de “publicar textos originais e traduções, a fim de cultivar o conhecimento mútuo entre judeus e cristãos, valorizando-se o enraizamento das Sagradas Escrituras e o diálogo entre eles, a partir de seu ‘patrimônio espiritual comum’” (p. 5).

As duas obras de Frei Lenhardt, originalmente francesas, apresentam sete capítulos cada uma e ambas foram prefaciadas pelo Pe. Dr. Donizete Luiz Ribeiro, NDS (edição brasileira) e pelo Arcebispo de Auch, França, Dom Maurice Gardês (edição francesa) e Fr. Matthieu Collin escreveu a introdução no Tomo I. Pe Donizete lembra-nos que “esta escuta conduz à uma *práxis* eclesial e alimenta a vida de toda pessoa que crê e busca viver da Palavra de Deus, como

Torá Viva e Palavra encarnada” (Tomos I e II, p. 9). Por sua vez, Dom Maurice, em tom provocativo, afirma que “esta obra não é uma lição para os ignorantes que nós somos, mas ela tende a melhor entrever em nós, cristãos, o quanto a judaicidade de Jesus se inscreve em uma longa história e rica Tradição” (Tomo I, p. 10).

Os muitos artigos de Frei Lenhardt, compilados agora nestas duas obras, resultam de um laborioso período de trinta anos pesquisando, estudando e publicando sobre as fontes judaicas (Tomo I, p. 12). Formado na Universidade Hebraica de Jerusalém, recebeu o ensinamento de renomados professores da Tradição de Israel, entre eles Efraim Urbach e Joseph Heinemann (Tomo I, p. 12). Em 1973 já lecionava na Escola Bíblica de Jerusalém sobre literatura rabínica, é chamado pelo Fr. Collin de “discípulo dos sábios” (Tomo I, p. 12).

Os ensinamentos de Lenhardt, em seus dois tomos, insistem sobre dois importantes pontos. O primeiro trata-se da grande importância que a Igreja imputa ao “grande patrimônio espiritual, comum aos cristãos e aos judeus” (Tomo I, p. 15). Outro ponto que se destaca é sobre as ‘fontes judaicas’ que, segundo sua hipótese, “a fé cristã é coerente com a palavra de Deus que vem das fontes judaicas como vem, também, das fontes especificamente cristãs” (Tomo II, p. 14).

Em seu primeiro Tomo, no primeiro capítulo, Lenhardt apresenta a Declaração *Nostra Aetate*, nº 4, como ponto de partida para suas reflexões teológicas. Encontra-se, na Declaração, que existe “um grande patrimônio espiritual, comum aos cristãos e aos judeus” (p. 15). Neste sentido, os esforços da Igreja Católica visam a uma aproximação para “conhecer melhor os componentes fundamentais da Tradição religiosa do Judaísmo” (p. 15). Dessa forma, em resposta à convocação da Igreja, surge a “criação de centros ou de seções de estudos judaicos” (p. 15). De modo especial, apresenta-se aqui à “vocaçãõ específica dos Religiosos de Nossa Senhora de Sion” (p. 15), como principal referência para esse novo modo de estudar as Escrituras. Lenhardt é enfático ao afirmar que “os cristãos [...], depois do Concílio Vaticano II, não podem ignorar que a sua história está ligada à do povo judeu, que a sua fé e a sua esperança têm a sua raiz nas raízes do povo judeu” (p. 16).

Nos três seguintes capítulos, a reflexão essencial se dá em torno da Tradição de Israel em sua perspectiva da oralidade. No capítulo II, Vias da continuidade judaica (p. 31-57), abordará a importante relação mestre-discípulo. Essa relação é o modo “pedagógico da

Mishná” para fortalecer a transmissão da Palavra de Deus que “só é conhecida, porque os homens que a receberam, a transmitiram e a transmitem ainda através da relação mestre-discípulo” (p. 34). Todavia, para Lenhardt, essa relação mestre-discípulo para exercer sua autêntica “função de continuidade deve submeter-se a uma dupla exigência”: Fidelidade ao mestre e à comunidade de Israel (p. 41). No capítulo III, Na origem do movimento farisaico: tradição oral e ressurreição (p. 59-107), discorrerá através da fé na ressurreição dos mortos, que é essencial a fé cristã, como uma herança recebida pela tradição farisaica que, segundo sua crença, “vive da Palavra de Deus segundo uma tradição que recebe e transmite, interpreta e atualiza a Palavra que veio a ser Escritura” (p. 60), e entendida não como uma “recompensa”, mas sim como “consequência de um abandono a Deus, de um engajamento na vida com Deus, na fé e na esperança” (p. 65). Se, por um lado, para tal ensinamento apresentará textos das Escrituras, como o segundo livro de Macabeus (p. 64-66), Sinóticos (p. 71), Atos (p. 71), a carta de São Paulo aos Coríntios (p. 72), Flávio Josefo (p. 73), e a literatura rabínica (p. 73). Por outro lado, apresentará que “a ressurreição tem por origem a Palavra criadora que é e permanece antes de tudo Torá oral” (p. 74). Cita então a *Mishná* e a liturgia sinagoga, de modo especial a segunda bênção da oração comunitária, chamada dezoito bênçãos (p. 84-85). No capítulo IV, Exegese (*Midrash*) da tradição de Israel, sua grandeza e seus limites (p. 109-140), nos ensinará que “o Midrash é, antes de tudo, uma atividade: a ação de buscar o sentido da Escritura” (p. 110). A grandeza dessa atividade encontra-se na “busca de Deus” (p. 112). O desdobramento dessa busca se dá sob dois modos: *Midrash halakhá* e *Haggadá*. Enquanto o primeiro modo se ocupa com a prática dos mandamentos, o segundo se ocupa com o ensinamento das histórias dos antepassados. Arremata Lenhardt, que o “Midrash pode ‘cumprir’ a Escritura, ou seja, encontrar na Escritura um sentido que sustente a prática de Israel, sua fé ou sua esperança” (p. 125).

Nos capítulos V, A liturgia de Israel na origem da Liturgia Cristã (p. 141-177) e VI, A oração judaica de outrora e de hoje como serviço prestado à *Shekhiná* (presença divina) (p. 179-211), apontará a oração como lugar privilegiado para expressar a fé de Israel, do mesmo modo como também o é para a Igreja Católica. No capítulo V, discorrerá sob a liturgia em dois aspectos. O primeiro, sinalizando que a “oração judaica e, especialmente, a oração litúrgica [...], faz parte da Torá Oral” (p. 142), e o segundo, sob o tripé litúrgico: Bênção, santificação e unificação. Segundo Lenhardt, “a liturgia de Israel é a oração instituída e obrigatória,

organizada pelos mestres fariseus” em vistas das “necessidades do povo” (p. 142). Citando um texto da *Mishná Abot* 1,2, onde diz que “O mundo repousa sobre três coisas: sobre a Torá, sobre o culto (serviço, *abodah*) e sobre ações recíprocas inspiradas pelo amor” (p. 143), vincula a liturgia com a Tradição Oral. Desse modo, afirma Lenhardt, “a liturgia faz parte da Torá oral que é anterior à Escritura, ontológica e cronologicamente” (p. 146). Ainda mais: “A liturgia não se contenta em usar as orações bíblicas. Ela compõe e introduz uma grande quantidade de orações para as quais ela usa a Escritura para apoiar suas afirmações...” (p. 147). Para Lenhardt, a liturgia constitui-se como “elemento fundamental do patrimônio comum ao Judaísmo e ao Cristianismo, do qual fala a Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II e do qual ela convida para fazer seu inventário” (p. 148). E, de forma perspicaz, sentencia que a liturgia Torá oral “tem o poder de ensinar com autoridade as doutrinas e práticas que têm pouco apoio ou até mesmo não tenham nenhum apoio nas Escrituras” (p. 148). No capítulo VI, argumentará que a oração é verdadeiramente o sustento da vida do povo de Israel. “Oração como ‘serviço de Deus’, como serviço prestado à sua Shekhiná, à sua Presença no mundo” (p. 179). A oração pode ser dirigida de múltiplas maneiras: Louvor, súplica/pedido e, segundo as festas, denominadas “tempos de encontro” (p. 195). Tendo em vista que “estas festas são o tempo de uma visão”, pois é possível, afirma Lenhardt, citando o texto de *Sifre* sobre Dt 16,16: “Assim como ele (todo homem) veio para ser visto, do mesmo modo ele verá” (p. 196).

No capítulo VII, A terra de Israel, Jerusalém, o Templo, o seu valor para os Judeus e para os Cristãos (p. 213-239). Apresentará com maestria a importância sobre o *Locus theologicum* da Terra de Israel, de Jerusalém e do Templo para as Sagradas Escrituras. Reafirma mais uma vez sobre o vínculo existente entre a fé de Israel e a fé da Igreja. Lembra-nos que será nessa Terra, logo após a destruição do segundo Templo (70 d.C.), que acontecerá de modo exuberante duas facetas da mesma história, isto é, “o Judaísmo confirma e renova, sobre o fundo de continuidade, sua prática, sua fé e sua esperança, à época em que os cristãos, de seu lado, organizam os documentos escritos e as tradições orais que constituirão mais tarde a coleção chamada Novo Testamento” (p. 214). Apresentando um itinerário, no mínimo intrigante, de como Jesus de Nazaré percorrerá o caminho natural dos profetas, isto é, nascendo na Terra de Israel, vivendo e morrendo em Jerusalém, mas, como ainda não visto, ele ressuscitou dos mortos para nunca mais morrer.

Em sua introdução do segundo Tomo, Lenhardt apresenta aos ouvintes/leitores a legitimação de seus ensinamentos. Ela encontra-se no “grande patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus” (p. 11). Por isso mesmo em sua introdução demonstra uma preocupação clara em “explicitar o que é este patrimônio e do que, no essencial, ele se ocupa” (p. 11). De saída, Frei Pierre diz que a “Antiga Aliança jamais foi revogada” e que a Igreja “recusa o que se denominou teologia da substituição e as inumeráveis formulações que ela inspirou ao longo dos séculos” (p. 12). Diz, ainda, que a Igreja assume o ensinamento dos sábios de Israel. Esses, por sua vez, acolheram a transmissão da Torá em sua oralidade e escrita como palavra de Deus. Será exatamente “esta Torá, que vem dos judeus, é o que constitui o patrimônio comum” (p. 12). Para o autor, deve-se estudar o “patrimônio comum”, a partir de sua própria experiência religiosa, isto é, do cristianismo. Dessa forma, tornar-se-á mais claro “que a fé cristã é coerente com a palavra de Deus que vem das fontes judaicas como vem, também, das fontes cristãs” (p. 14). Esse caminho de estudos que vai do Cristianismo ao Judaísmo é chamado de “analítico”. Todavia, encontra-se outro caminho que vai do Judaísmo ao Cristianismo chamado de “sintético”.

Nos três primeiros capítulos, “A misericórdia divina na tradição de Israel” (p. 21-22); “A escatologia na liturgia de Israel” (p. 39-51) e “O valor dos sacrifícios no Judaísmo de outrora e de hoje” (p. 61-76). Nestes capítulos, Lenhardt apresentará suas pesquisas, a partir do caminho “sintético”, isto é, partirá do Judaísmo, pois proporcionará “ouvir ressonâncias com a fé cristã” (p. 16). No primeiro capítulo, o autor apresentará um profundo ensinamento sobre a misericórdia divina, a partir de duas importantes orações sinagogais, “Shemá Israel” e “Shabbat”. A primeira realizada de forma cotidiana, a segunda aos sábados. Estas orações nos permitem conhecer o desdobramento das “três grandes obras” de Deus, “criação, revelação e redenção” (p. 22). O segundo capítulo tratará da dimensão escatológica dentro da liturgia de Israel, que apresentam as orações sobre os tempos futuros, apoiadas na Escritura. Elas ensinam sobre a ressurreição dos mortos. Estas orações corroboram com a fé cristã na ressurreição de Jesus. Para isso, serão apresentadas as bênçãos do Shabbat, de modo especial as “Amidot”. “Estas orações são em número de quatro: Amidá da tarde, da manhã, adicional e de após meio dia” (p. 41). As orações dos dias comuns, “Shemá e Amidá” (p. 44), também são apresentadas como bênçãos escatológicas e messiânicas. Por fim, a liturgia das festas de Israel, Páscoa, Pentecostes, *Rosh ha-Shaná*, *Kipur*, *Sucot* e o *Shabbat*, que “não precisa o

quando e o como da redenção e da ressurreição. Ela sugere e alimenta uma busca em aberto da relação que as etapas da história da salvação têm entre si” (p. 59). Já no terceiro capítulo, será apresentado o valor dos sacrifícios para o Judaísmo. Com a destruição do Templo em 70 d.C., cessou o oferecimento de sacrifícios. Todavia, permanece na memória litúrgica como sinal da presença de Deus (*Shekhiná*). Aqui nos é apresentada a relação direta da Eucaristia com o oferecimento dos sacrifícios no Templo de Jerusalém. A reflexão se dará em torno da cidade Yavne, que assumirá de modo simbólico, a reconstrução da “vida judaica sobre a Palavra de Deus, sobre a Torá” (p.62).

No capítulo IV, “A Tradição de Israel sobre a Presença Divina (*Shekhiná*) no Templo e no mundo esclarece a fé cristã na Encarnação” (p. 83-102). Para Lenhardt, Deus criador, revela sua presença em sua criação. Dessa forma, Ele pode escolher alguns lugares particulares, em especial o Templo de Jerusalém, para manifestar sua Presença (*Shekhiná*). Todavia, encontra-se “igualmente presente em outros lugares, em Israel e no mundo” (p. 84). Com isso, os ensinamentos judaicos sobre a *Shekhiná* de Deus legitimam Jesus Cristo como a “*Shekhiná* por excelência”. Ao tratar da narrativa bíblica de Jo 2,19-22, Lenhardt diz que alguns comentadores cristãos, ao interpretar essa perícopes ainda sentem-se desconfortáveis e pensam “novidade e continuidade”, trazida por Jesus, “através de uma teologia da substituição” (p. 95). Assevera Lenhardt, que “a *Shekhiná* em Jesus é a mesma *Shekhiná* que estava no Templo, na casa de seu Pai. Jesus não é maior que esta *Shekhiná* do Templo; ele era esta *Shekhiná* e é por isso que ele fala da destruição do seu corpo como a destruição do Templo” (p. 97).

O capítulo V, “A renovação (*hiddush*) da aliança no Judaísmo rabínico” (p. 103-147), mostra-nos que a Tradição de Israel é viva e se renova todos os dias “graças à relação mestre-discípulo” que se desenvolve “na história produzindo o novo a partir do antigo”. Sendo assim, “a novidade aparece sobre um fundo de continuidade” (p. 104). O caminho aqui adotado é o “sintético”, isto é, do Judaísmo ao Cristianismo. Frei Pierre acredita que “as ressonâncias cristãs” são capazes de lançar “luz sobre as fontes judaicas” (p. 105). Mais ainda, para Lenhardt, “o Novo Testamento é uma coletânea de tradições judaicas que falam, conscientemente ou não, a língua da Torá oral dos fariseus” (p. 105). Como sustentação argumentativa, o autor divide o capítulo em duas partes e busca destacar nelas os seguintes pontos: a) Noções preliminares e; b) Nova Aliança.

Para o capítulo VI: “Três caminhos: Emaús, Gaza e Damasco” (p. 149-188), seguirá o caminho “analítico”, ou seja, do Cristianismo ao Judaísmo. Para esse capítulo Frei Pierre contou com a colaboração da Irmã religiosa da Congregação Nossa Senhora de Sion, Anne-Catherine Avril. Enquanto Frei Pierre se ocupou com os escritos dos caminhos de Emaús e Damasco, Irmã Avril escreveu o caminho de Gaza. O destaque neste capítulo é conferido à exegese praticada pela tradição “fariseano-rabínica”. Que tem como método interpretativo a *harizá*, isto é, colar. O método *harizá*, compreende juntar passagens de todas as coleções dos livros sagrados, Torá, Profetas e Salmos. O autor nos lembra que antes de iniciar a “busca ou procura do sentido da Escritura”, processo de interpretação bíblica “denominada midrash”, é necessário “abrir”. A ação de “abrir” compete ao intérprete, que prepara seus ouvintes para a “compreender as Escrituras” (p. 152). Foi esse mesmo método que Jesus ressuscitado, segundo a tradição lucana, utilizou para “abrir” a inteligência de seus discípulos, após sua morte e ressurreição. Com isso, afirma Lenhardt, “Jesus ensina, abrindo as Escrituras, que ele não é simplesmente um mestre entre outros” (p. 153). Assim se dará a exposição desse importante método interpretativo da Palavra de Deus ao longo dos três caminhos nos textos neotestamentários.

Finalizando a obra com o capítulo VII, “A importância das fontes judaicas para um cristão” (p. 189-211), Lenhardt, apressa-se em dizer que seu ensino é a partir de sua própria experiência. Com isso ganha destaque a dinâmica do “vai e vem entre o Cristianismo e o Judaísmo”. As fontes judaicas, para o autor, “são aquelas que os mestres fariseus e seus sucessores reconhecem como Palavra de Deus, como Torá” (p. 190), isto é, “Torá oral e escrita” (p. 191). A Igreja, segundo Lenhardt, convida-nos no processo de encontro com o Judaísmo praticar a “escuta, que deve respeitar os judeus tais como são e como querem permanecer” (p. 195). À medida que formos capazes de escutar as fontes judaicas, aproximarmos-nos do grande “patrimônio comum ao Judaísmo e ao Cristianismo” (p. 196), com todos seus desafios, mas também com todas suas riquezas que aguardam por cristãos e judeus suas descobertas.

Lenhardt dedicou sua vida à escuta da Palavra de Deus em Israel e na Igreja. Com suas obras diminuiu distâncias, construiu pontes e apresenta sólidos argumentos sobre uma necessária aproximação entre Cristianismo e Judaísmo, a fim de juntos buscarem, cada um à sua maneira, “o patrimônio comum” a ambos. Nesta busca não poderá faltar o exercício da

escuta. Em tempos que se escutam somente pretensas convicções. Lenhardt nos ensina que só seremos capazes de nos conhecer em profundidade, na medida em que acolhermos e escutarmos o outro, pois esse, antes de ser um adversário, possibilita-nos conhecer mais sobre nós mesmos.

Que esse grande legado de Pierre Lenhardt desperte em nós o desejo de uma busca sincera e amorosa pela presença de Deus.